

Identidade Nacional e Educação A memória histórica angolana nos livros didáticos de história

João Paulo Henrique Pinto¹

RESUMO: Partindo da ideia de que as memórias sobre o passado nacional são elementos importantes da criação de uma identidade nacional, busca-se compreender neste artigo a construção e a divulgação de uma memória histórica oficial de Angola. Para tanto, é necessário compreender o momento em que esta memória histórica foi construída e quais eram as intenções do Estado angolano ao fazê-lo, pois sabe-se que a memória é um discurso sobre o passado construído a partir do diálogo entre passado, presente e futuro. São analisados, portanto, dois livros didáticos de história utilizados no sistema educacional angolano após a independência, uma vez que entende-se aqui que um dos veículos mais importantes de transmissão da memória histórica é o ensino de história nas escolas angolanas.

Palavras-chave: memória histórica; identidade nacional; livros didáticos; Angola; Homem Novo.

National Identity and Education The Angolan historical memory in the History textbooks

ABSTRACT: Based on the idea that the memories of the national past are important elements in the creation of the national identity, we seek to understand in this article the construction and the dissemination of an official historical memory of Angola. Therefore, it's necessary to comprehend the moment in which this historical memory was constructed and what were the intentions of Angolan State in doing so, since we know that memory is a discourse about the past built from the dialogue between past, present and the projects for the future. In this article, two History textbooks used in the Angolan educational system after the Independence are analysed, once it is understood that the history teaching in Angolan schools is one of the most important vehicles in the transmission of historical memory.

Keywords: historical memory; national identity; textbooks; Angola; New Man.

Artigo recebido em 01/11/2016 e aceito em 01/12/2016.

IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO
A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

Definindo a identidade nacional angolana

A colonização de Angola pelos portugueses se iniciou ainda no século XVI no contexto marcado pela expansão marítima europeia. Contudo, foi somente no século XIX que o colonialismo português intensificou a exploração da região. A partir de então, um intenso fluxo imigratório ganhou força, aumentando substancialmente a presença de colonos em território angolano, principalmente em Luanda. Mesmo assim, a exploração de Angola não se deu de maneira uniforme, sendo a presença do poder português frágil em boa parte da colônia.

Ao chegar o século XX, assim como ocorreu em praticamente todo o continente africano, gradualmente surgiram movimentos que contestavam o colonialismo português em Angola. Em um primeiro momento, as manifestações de desacordo com o colonialismo tiveram lugar em organizações culturais, onde se iniciou também um intenso processo de valorização dos elementos considerados autenticamente angolanos.

Foi neste contexto do início da contestação ao colonialismo português que uma questão de grande importância surgiu entre os nacionalistas: o que, de fato, definia a identidade angolana? Em um país marcado pela pluralidade étnica e cultural, a resposta para esta pergunta não poderia ser simples, o que estimulou muitos intelectuais a se debruçarem sobre a questão ao longo do século XX. Como unir tantos grupos etnolinguísticos em somente um construto identitário?^{II}

O grupo de maior destaque que se dedicou à definição da identidade nacional angolana ficou conhecido como Movimento dos Novos Intelectuais de Angola. Surgido no final da década de 1940, este movimento buscou criar uma identidade angolana através das suas publicações literárias apresentadas principalmente na *Revista Mensagem – a voz dos naturais de Angola*.^{III} Buscava-se, neste projeto, conceituar e divulgar uma cultura considerada autenticamente angolana, que seria a base para a construção de uma identidade nacional.

A grande contribuição do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola ao debate identitário foi definir que a identidade nacional que se pretendia construir deveria ser uma união de influências culturais de todos os povos naturais da colônia, sem haver privilégio a nenhum dos matrizes culturais que comporiam a identidade nacional. Era justamente a pluralidade étnica, racial e cultural o elemento que conferia uma especificidade à nação angolana.

Neste contexto de mobilização por uma definição da identidade nacional, surgiu também a necessidade latente de empreender uma luta pela independência de Angola. Com os meios institucionais de participação política absolutamente vedados aos angolanos, formaram-se, a partir da década de 1950, movimentos de libertação nacional que visavam a divulgação da causa anticolonialista e a construção de uma nova Angola, agora independente e afinada com desafios impostos pelo século XX.

Os movimentos anticolonialistas também buscaram definir a identidade da nação que se pretendia construir após a independência. A influência do discurso identitário elaborado pelo Movimento dos Novos Intelectuais de Angola pôde ser percebida no momento da fundação dos principais movimentos de libertação nacional angolanos. Ainda que sem um apontamento claro, as três principais organizações nacionalistas (União das Populações de Angola/Frente Nacional de Libertação de Angola^{IV}, Movimento Popular de Libertação de Angola e União Nacional para a Independência Total de Angola) reproduziram em seus documentos fundadores a concepção de identidade nacional elaborada pelos Novos Intelectuais de Angola. Adotava-se, portanto, a ideia básica de união dos povos angolanos independentemente de aspectos étnicos, raciais, culturais ou regionais.^V A pluralidade, portanto era valorizada como elemento de identificação nacional.

IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO
A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

Contudo, apesar de defenderem a união dos povos angolanos em torno do ideal da conquista da independência e da necessidade de construção da nova nação angolana, os movimentos de libertação nacional jamais se uniram em somente uma organização política que lutasse por estes ideais e tampouco se dispuseram a coordenar seus esforços na luta contra o colonialismo. Portanto, ao contrário dos discursos que pregavam a união nacional, a luta pela independência de Angola ocorreu de forma extremamente fragmentada, logo sem ter uma centralização do planejamento da guerra e dos projetos para o período pós-independência.

Em 1961, iniciou-se a guerra de independência de Angola. Sem jamais concretizarem uma união contra o colonialismo português, os movimentos de libertação angolanos acabaram entrando em conflito também entre si. Nesta luta pelo protagonismo do movimento anticolonial angolano, é interessante observar que a definição de identidade nacional apresentada nos documentos fundadores dos movimentos de libertação serviu como um importante capital político para tirar legitimidade das organizações nacionalistas adversárias.^{VI}

A luta contra o colonialismo português se estendeu até 1975, momento em que o MPLA declarou unilateralmente a independência de Angola, tornando-se Agostinho Neto o primeiro presidente do país. Contudo, a paz durou pouco tempo, pois a fragmentação do nacionalismo angolano acabou levando Angola a uma longuíssima guerra civil que só acabaria definitivamente em 2002.

Tal como o MPLA vinha sinalizando desde sua fundação, a opção ideológica pelo marxismo-leninismo foi assumida publicamente em 1977. Note-se que esta definição ideológica foi de grande importância, pois, no contexto marcado pela bipolarização de poder que caracterizou a guerra fria, o significado desta ação sinalizava os rumos que a política externa angolana tomaria, isto é, indicava uma aliança com o bloco socialista. A partir de então, a planificação econômica e a centralização política^{VII} se iniciaram, dando prosseguimento à construção da nova nação angolana.

Um dos maiores desafios encarados pelo Estado angolano àquela altura foi a necessidade de aumentar a produção para fortalecer a economia. Entretanto, após a guerra de independência, a paralisação econômica era uma realidade, principalmente em função da debandada de colonos de seus pequenos negócios e explorações agrícolas. O mesmo pode-se dizer sobre as indústrias, que quedaram praticamente paralisadas após a independência. Restava ao Estado angolano redinamizar a produção para fundar a nova Angola que se pretendia construir. Neste período inicial, a tônica do planejamento econômico se deu em torno das estatizações.^{VIII}

No âmbito social, o governo angolano empreendeu um enorme esforço para o desenvolvimento de um sistema educacional de grande alcance, já que a imensa maioria da população não tinha acesso à educação e era analfabeta. Inclusive, o esforço do MPLA para desenvolver o sistema educacional angolano se associava à necessidade de formação de quadros capacitados para o trabalho nas estruturas burocráticas estatais e também nas indústrias nacionalizadas. Nas palavras de Agostinho Neto:

Nós não temos muitos quadros infelizmente, ainda estamos ao processo de alfabetização e não estamos ainda muito adiantados. Os nossos operários, para avançarem, para poderem ter novas formas de organização, para poderem realizar melhor as suas tarefas, necessitam de maquinaria moderna, necessitam de utilizar melhor as máquinas que já estão aqui no país. Mas para poderem utilizar essas máquinas é preciso estudar. Nós temos, portanto, um dever não um prazer simplesmente de aprender a ler e a escrever. Não é somente para utilização individual.^{IX}

IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO
A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

Uma vez identificada a necessidade de investimento na educação para a construção da Angola independente, o Estado passou a promover a nacionalização de todos os centros de ensino do país.^X Tratava-se, pois, de um empreendimento de grande envergadura, já que o Estado assumia o protagonismo do sistema educacional sem deixar muito espaço a outras iniciativas no campo da educação que não fossem coincidentes com seus princípios.

Neste contexto de edificação das estruturas fundamentais de uma nova Angola, merece atenção especial a construção de um discurso que dava forma à identidade nacional angolana. Dada a intensa diversidade dos povos que residiam dentro das fronteiras angolanas, esta tarefa não era simples.

A elaboração de um discurso identitário que daria corpo à nação foi ainda mais importante devido à situação de intensa beligerância vivida entre FNLA, MPLA e UNITA desde o início da luta de libertação nacional. Este intenso conflito, que ganhou contornos ainda mais graves após a independência, ameaçava dividir definitivamente a nação angolana. Sendo assim, tornava-se mais necessária ainda a construção da identidade nacional para unificar uma nação que já nascia sob risco de se fraturar.

O temor sobre a divisão da nação angolana ficava nítido nas palavras de ordem divulgadas pelo MPLA no momento em que o movimento assumiu o poder: “Angola: de Cabinda ao Cunene, do Leste ao mar, um só povo, uma só nação”; ou ainda através da Lei Constitucional de 1975, que projetava em seu Artigo 5º:

Será promovida e intensificada a solidariedade económica, social e cultural entre todas as regiões da República Popular de Angola, no sentido do desenvolvimento comum de toda a Nação Angolana e da *liquidação das sequelas do regionalismo e do tribalismo*.^{XI} (destaque meu)

Nota-se, pois, que a preocupação com a construção de uma identidade nacional advinha, entre outras questões, da necessidade de combater os inimigos internos que o MPLA enfrentava na guerra civil, nomeadamente as forças da UNITA.^{XII} Não raro, o Estado angolano, liderado pelo MPLA, atribuía ao conflito razões de ordem étnica, afirmando sobretudo que a UNITA representava o grupo étnico ovimbundo, que estaria interessado em se sobrepor aos interesses da nação. Ao mesmo tempo, a guerra civil era considerada pelo MPLA uma forma de fracionamento da nação. O combate ao que se considerava tribalismo tornava-se cada vez mais necessário para a edificação de uma nova nação angolana, que não privilegiaria etnias, raças, regiões ou classes sociais.

Neste contexto de guerra civil em que o Estado independente angolano tentava se estabelecer, é possível perceber o esforço do MPLA para construir a nova nação angolana marcada por uma identidade própria. Dispondo de todos os recursos estatais necessários para tal, o MPLA retomou a definição de identidade nacional elaborada ainda na década de 1950 para torná-la uma referência à nação que se construía.

Para que se compreenda a construção da identidade nacional, é necessário atentar para a ideia avançada por Benedict Anderson de que as nações são comunidades imaginadas, isto é, são construções sociais e não a essência de um grupo que se organiza e se estabelece em torno de um Estado e em um território definido.^{XIII} Portanto, a identidade nacional é um tipo de construção social empreendida por intelectuais, partidos ou Estados que buscam deliberadamente dar coesão a um grupo social extenso que se une sob forma de nação.

Contudo, assim como afirma Homi Bhabha, este discurso é marcado por um ímpeto homogeneizador das influências culturais que compõem a nação. Destarte, a homogeneização característica da identidade nacional jamais é capaz de retratar todos as matrizes culturais presentes dentro das fronteiras da nação.^{XIV} Por conseguinte, o hibridismo cultural é a

IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

característica mais marcante das nações, apesar de o discurso identitário fornecer uma imagem de unitarismo que dilui as diferenças presentes no interior da nação. Devemos, pois, compreender a cultura nacional, que é a base da identidade nacional, como um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade.^{XV}

É necessário destacar que, mesmo afirmando construir uma identidade sob o signo da multiplicidade cultural, o MPLA elaborou um discurso identitário que também homogeneizava e reduzia a pluralidade cultural existente em Angola. Dispondo das estruturas de poder necessárias para construção identitária, o MPLA selecionou os aspectos culturais que considerava representativos da angolanidade, deixando muitas outras influências culturais fora do discurso identitário. Certamente, o resultado de tal projeto é extremamente homogeneizador, já que seria impossível englobar no discurso da identidade nacional todas as matrizes culturais existentes em Angola.

Além do discurso que se constrói sobre a cultura nacional, a simbologia que confere identidade à nação é extremamente extensa, envolvendo a identificação com o território, o conhecimento de suas fronteiras, a utilização de uma linguagem, o culto aos heróis nacionais, a comunhão cultural e um passado comum. Em relação ao território nacional angolano, não houve alteração do mapa definido pelo colonialismo português, ou seja, mantiveram-se as fronteiras definidas ainda no século XIX.

Em um país de grande pluralidade linguística, o português foi escolhido como língua oficial, sendo outros idiomas de matriz africana reconhecidos como línguas nacionais. Explica-se a opção pela língua portuguesa através do argumento de que não seria correto escolher uma língua de um grupo etnolinguístico angolano para se tornar o idioma oficial do país. Sendo assim, a escolha da língua portuguesa pareceu a mais justa, dado que nenhum dos grupos étnicos nacionais tinha o português como sua língua original.

No que tange à cultura, como foi dito acima, selecionou-se, ao menos em nível discursivo, aspectos de todos os povos angolanos para representar o que seria a cultura nacional. Buscava-se, então, conferir à identidade nacional um aspecto de pluralidade que, contudo, se harmonizava em torno de uma unidade nacional.

Diálogos temporais – memória histórica e futuro

Das muitas possibilidades de estudo dos símbolos nacionais selecionados pelo governo da angolano, daremos maior atenção aos discursos produzidos a respeito do passado de Angola. Interessa-nos, sobretudo, analisar como se deu a construção de uma memória histórica oficial para o país que se pretendia construir. A identificação de um passado comum a todos os povos que compunham a nação seria, portanto, um elo de união nacional. A memória é uma representação seletiva do passado que se estabelece a partir da tripartição do tempo, pois seleciona elementos do passado que interessam ao presente, visando necessariamente a construção e a consolidação de projetos para o futuro. Ao construir um discurso que busca unir as três dimensões do tempo – passado, presente e futuro -, a memória sempre atende a um princípio teleológico, já que busca sempre estabelecer coerência e coesão aos caminhos percorridos por determinado grupo social.^{XVI}

No processo de construção de memória, portanto, é muito frequente que haja esquecimentos e silenciamentos de eventos ocorridos no passado, uma vez que nem todos os elementos deste passado interessam e se adequam perfeitamente às necessidades do presente e aos projetos para o futuro de quem constrói esta representação discursiva do passado. É importante ressaltar aqui que, ao analisar as memórias, os esquecimentos e silenciamentos também são muito reveladores da identidade daqueles que constroem tal discurso, pois estas

IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO
A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

omissões e censuras ao passado também revelam aquilo que é contraditório com o presente e com os projetos de futuro elaborados pelo grupo que constrói a memória.^{XVII}

Dada a natureza, os objetivos e as funções de sua elaboração, os discursos de memória sempre são transmitidos como verdades absolutas sobre o passado, já que a narrativa dos eventos pretéritos não é – e não poderia ser – passível de contestação, sob pena de entrar em conflito com a própria identidade do grupo que a constrói ou com seus objetivos.

Entretanto, mesmo sendo arbitrária na sua representação do passado por selecionar somente aquilo que interessa ao presente e ao projeto de futuro, a memória não é somente uma mera invenção de um passado, pois exige-se algum tipo de comprovação daquilo o que se professa como verdade absoluta. Há, portanto, um imperativo de justificação extremamente importante para a construção das memórias.^{XVIII}

A necessidade de construir uma narrativa sobre o passado que confere sentido e coesão a um grupo decorre da necessidade de evitar que o passado perca seu significado e da necessidade de conferir uma ideia de continuidade ao longo do tempo, dando assim a imagem de força, relevância e perenidade que os construtores da memória buscam criar sobre si mesmos. Intenta-se, sobretudo, domesticar a inexorável passagem do tempo.

Sendo assim, a construção de uma memória histórica oficial por um Estado visa elaborar um discurso sobre o passado que investe de sentido a existência da nação e, em especial, confere aos seus integrantes um passado comum, dando-lhes alguma identificação entre si, forjando uma imagem positiva e idealizada sobre sua história e reforçando o sentimento de pertencimento à nação.

É neste sentido, então, que a construção de uma memória histórica oficial pelo Estado necessita empreender naquilo que Henry Rousso denomina enquadramento de memória, isto é, processo através do qual as autoridades políticas elaboram discursos oficiais que são convenientes ao presente e aos projetos de futuro.^{XIX}

O trabalho de enquadramento de memória, segundo Michael Pollak, é realizado por atores profissionalizados ou profissionais da história, que são responsáveis por elaborar uma imagem sobre o grupo produtor da memória.^{XX} No caso da construção de uma memória oficial da nação, além de uma história oficial elaborada pelos profissionais da história, há ainda outros recursos para a difusão da construção memorialística, tais como os museus, os monumentos, os produtos culturais patrocinados pelo Estado, a publicidade estatal etc.

Entre os muitos meios utilizados pelo MPLA para construir uma memória histórica oficial da nação, que seria parte da identidade nacional, a educação figurou como um dos principais instrumentos de divulgação dos discursos identitários. Neste caso, temos especial interesse no ensino de história para a divulgação de um discurso específico sobre o passado nacional.

O processo educacional é certamente um meio através do qual se produz um sentido de coesão entre os integrantes da nação. Este sentido é transmitido de diversas maneiras: através do ensino da história da nação, do culto aos seus símbolos e mitos, da elaboração de rituais, da vivência das tradições^{XXI} e da inculcação de normas e valores. Sendo assim, a comunidade imaginada de que nos fala Benedict Anderson^{XXII} vai se construindo paulatinamente, ligando o individual ao grupal desde a infância dos cidadãos a que se ensina até a sua maturidade. Surge, então, um senso de pertencimento à nação a que denominamos identidade nacional.

Neste sentido, a seleção dos conteúdos e habilidades que serão ensinados às gerações do porvir não é, de maneira nenhuma, isenta das influências ideológicas daqueles que detêm o poder e ditam as regras educacionais. Sendo assim, a educação angolana que é estudada aqui não se imiscuiu dos desafios da construção da nova nação independente que se erigia,

IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO
A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

almejando a forja de uma nova sociedade. No processo educacional, portanto, há um insuspeito olhar para o futuro.

Antes de analisar, entretanto, a construção de uma memória oficial e sua divulgação através do ensino de História em Angola, é necessário destacar quais eram os principais objetivos que o Estado tinha em seu horizonte, uma vez que os discursos de memória têm uma ligação intrínseca com o presente e com os projetos de futuro estabelecidos pelos governantes angolanos.

Dos projetos do MPLA para a construção da Angola independente, chama a atenção a ideia de construir um Homem Novo, projeto este já expresso nos versos do Hino Nacional de Angola, que diz:

Oh, Pátria, nunca mais esqueceremos
Os heróis do 4 de Fevereiro
Oh, Pátria, saudamos os teus filhos
Tombados pela nossa independência
Honramos o passado e nossa História,
construindo no trabalho o Homem Novo.^{XXIII}

É importante, então, antes de adentrar ao estudo do ensino de história para a construção de uma memória oficial, compreender o que exatamente se esperava do Homem Novo angolano. Para o surgimento deste novo cidadão para a Angola independente, a educação sempre figurou como um importante instrumento de transformação social. Segundo as resoluções do II Congresso do MPLA-PT, o

objetivo fundamental da política educacional do MPLA-PT é [era] poder criar e reproduzir o homem novo angolano, imbuído de uma consciência moral, revolucionária, capaz de compreender e conceber cientificamente o mundo e a sociedade angolana.^{XXIV}

Nota-se, então, que a construção do Homem Novo angolano envolvia a capacidade do Estado dotar o cidadão de conhecimentos científicos, postura revolucionária e padrões morais que se referiam exatamente às opções ideológicas assumidas pelo MPLA, nomeadamente a adesão ao marxismo-leninismo.

A ideia de construir um novo tipo de cidadão para Angola já estava presente muito antes da conquista da independência, sendo necessário buscar suas origens ainda no momento da guerra de independência contra Portugal. Para que possamos compreender exatamente do que se tratava a construção do Homem Novo angolano, analisaremos o livro *As Aventuras de Ngunga*,^{XXV} de Pepetela, uma vez que o personagem principal da narrativa é reconhecidamente o modelo de cidadão que o MPLA pretendia criar para a Angola independente.

As Aventuras de Ngunga foi escrito em 1972, momento em que o MPLA travava a luta anticolonial no Leste angolano, sendo Pepetela um dos guerrilheiros do movimento. Ao conseguir dominar um território, o MPLA, apesar das imensas dificuldades em fazê-lo, iniciava o processo de educação das populações locais, empreendimento que o autor do livro acompanhou de perto.

Vendo a dificuldade na alfabetização nas áreas libertadas, Pepetela se propôs, então, a escrever pequenos textos de apoio para as classes de alfabetização das áreas libertadas. Distribuídos mimeografados aos estudantes, estes textos de apoio serviam, além da alfabetização, à divulgação da língua portuguesa entre os angolanos, uma vez que os estudantes liam os textos tanto em suas línguas originais quanto em português. Com a

IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO
A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

multiplicação das pequenas histórias, o autor diz ter percebido que havia um fio condutor entre elas, possibilitando a união dos textos no pequeno livro *As Aventuras de Ngunga*.^{XXVI}

No referido livro, Pepetela conta a história de Ngunga, um garoto de treze anos que perdeu seus pais em um confronto contra as forças colonialistas portuguesas. Sem família, Ngunga decide deixar o local onde vivia para conhecer Angola, percurso que faz o personagem entrar em contato com muitos problemas existentes no interior da guerrilha, tais como a corrupção de comandantes do MPLA, as tradições consideradas no livro retrógradas e as dificuldades da luta anticolonial. Acompanhando sempre os caminhos trilhados pelos guerrilheiros do MPLA, Ngunga amadurece e se torna um símbolo do Homem Novo que se pretendia criar para a Angola independente.

Sendo uma espécie de mito ou herói nacional, Ngunga cativa o leitor por sua retidão de caráter, sua valentia e sua postura extremamente rígida ante as dificuldades encontradas em seu caminho. Seguindo os passos dos guerrilheiros do MPLA, Ngunga demonstra a força mobilizadora de seu principal ideal: conquistar a liberdade. É nítido que esta liberdade não significa somente a liberdade individual do personagem, mas também a libertação de Angola do domínio português. Desta forma, Pepetela associa o individual – representado por Ngunga – ao coletivo – referido à nação angolana que se construía.

Escrito para os estudantes das classes de alfabetização, *As Aventuras de Ngunga* transmite uma mensagem de clara valorização da educação como um dos principais instrumentos capazes de promover a libertação. Esta mensagem é transmitida através da figura do professor União, guia e amigo de Ngunga, guerrilheiro valente e dotado de grande sabedoria em função dos seus estudos e vivência. Sendo assim, mesmo encontrando grandes dificuldades nos estudos, Ngunga compreende ao longo da narrativa que “um homem só pode ser livre se deixar de ser ignorante”^{XXVII} e decide, então, se dedicar com afinco aos seus estudos.

Das muitas histórias contadas em *As Aventuras de Ngunga*, vale destacar a pequena relação amorosa que o protagonista estabelece ao longo da narrativa, pois, a partir disso, pode-se destacar alguns elementos bastante representativos do que se esperava do Homem Novo angolano.

Depois de passar por alguns combates ao lado do Professor e de ser resgatado por guerrilheiros do MPLA, Ngunga chega a um kimbo^{XXVIII} onde se apaixona por Uassamba. Entretanto, a despeito do amor entre os jovens, a garota já era casada com o chefe do kimbo, um velho que detinha muitas lavras. O arranjo deste casamento é, na obra de Pepetela, um símbolo da tradição, segundo a qual uma jovem podia ser dada em casamento em troca de algum favor. No caso de Uassamba, o casamento fora contratado para que sua família pudesse receber o alambamento^{XXIX} oferecido pelo chefe do kimbo.

O que nos interessa desta passagem são os pensamentos de Ngunga a respeito da tradição e também as ações do personagem referentes ao romance. Primeiramente, é importante notar a crítica substancial que se faz ao arranjo de casamentos, já que Pepetela destaca constantemente o descompasso entre o sentimento de Uassamba e Ngunga e a força da tradição.

Neste sentido, pode-se perceber que o Homem Novo angolano não era afeito às tradições e às estruturas de poder tradicionais presentes no interior de Angola. Mesmo valorizando as culturas dos povos angolanos, nota-se que nem todas as tradições deveriam fazer parte da Angola independente segundo os construtores do discurso de identidade nacional. Esta questão fica mais flagrante quando Ngunga afirma: “Hei-de lutar para acabar com a compra das mulheres – gritou Ngunga, raivoso. - Não são bois!”^{XXX} Desta forma, tocava-se em uma questão bastante discutida no MPLA, isto é, a libertação feminina.

IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO
A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

Portanto, é possível dizer que, de acordo com a ideia de construir o Homem Novo, as tradições consideradas inadequadas à nova nação angolana, tais como a prática do arranjo do casamento através do alambamento, deveriam ser extirpadas da nova sociedade que se pretendia construir em Angola.

A atitude de Ngunga diante da impossibilidade de viver seu amor também é representativa do projeto de construção do Homem Novo. Após veicular a ideia de fugirem juntos, Ngunga e Uassamba não o fazem tanto pelo medo das represálias do chefe do kimbo contra a família da moça quanto pelo anseio de Ngunga seguir adiante com a luta contra o colonialismo português. Ou seja, coloca-se o interesse coletivo – representado pela família de Uassamba e pela importância da libertação de Angola – acima do interesse individual. Este princípio da valorização da coletividade seria, portanto, uma das bases sobre as quais se edificaria o Homem Novo angolano.

Diante da impossibilidade de viverem o romance, Uassamba e Ngunga se despedem. O impacto deste fato na vida de Ngunga foi de tal monta que ele decidiu mudar seu nome e seguir novos caminhos, abandonando assim a imagem mitológica que se construía sobre o protagonista do livro. Escolhido por Uassamba, o novo nome de Ngunga não é revelado por Pepetela, de maneira que o personagem desaparece totalmente das vistas dos leitores, tornando-se um herói mítico. Mas quais seriam os caminhos seguidos por Ngunga? Quem se tornou Ngunga depois dos fatos narrados no livro? Pepetela não oferece respostas a estas perguntas, mas apresenta novas questões que induzem o leitor a encontrá-las por si só.

Observa bem, portanto, o camarada que fica a teu lado na formatura. Sabes de onde veio? (...) É um pioneiro que fala pouco e trabalha muito? É um pioneiro que nunca se gaba do que já fez e está sempre pronto a fazer mais? É um pioneiro que só quer aquilo que todos os outros têm? É um pioneiro que diz sempre a verdade, à frente de quem quer que seja? (...)

Conheces bem o jovem combatente que a teu lado se encontra? Não será Ngunga aquele guerrilheiro que e distinguiu pela sua coragem no ataque a Caripande ou ao Ninda ou ao Cunjama ou ao Lumeje ou ao Mutumbo? Não será esse guerrilheiro que quer acabar com todas as injustiças, venham elas de onde vierem, e mudar o Mundo? (...)

Não serás, afinal, tu? Não será numa parte desconhecida de ti próprio que se esconde modestamente o pequeno Ngunga?

Ou talvez Ngunga tivesse um poder misterioso e esteja agora em todos nós, nós os que recusamos viver no arame farpado, nós os que recusamos o mundo dos patrões e dos criados, nós os que queremos o mel para todos. (...)

Se Ngunga está em todos nós, que esperamos então para o fazer crescer?

Como as árvores, como o massango e o milho, ele crescerá dentro de nós se o regarmos. Não com água do rio, mas com ações. Não com água do rio, mas com a que Uassamba em sonhos oferecia a Ngunga: a ternura.^{xxxI}

O encerramento do livro nestes termos aponta para a tentativa do autor aumentar a identificação entre seu público-alvo, ou seja, os estudantes das classes de alfabetização, e os princípios que deveriam nortear o Homem Novo e a construção da nova nação angolana independente. Este modelo de cidadão seria muito referenciado na etapa de tentativa de construção do socialismo em Angola, que se iniciou em 1975 e se estendeu até meados da década de 1980.

Nas palavras de Agostinho Neto, o projeto de construção do novo cidadão angolano deveria ocorrer da seguinte maneira:

Trata-se de fazer renascer os nossos valores culturais, revigorá-los com os conhecimentos científicos que adquirimos, criando uma nova cultura, fundada na nossa originalidade, mas adaptada à Nova Sociedade que pretendemos construir e ao

IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

Novo Homem angolano, que queremos criar. (...) Nesse sentido, procuraremos afirmar e desenvolver a nossa personalidade angolana.^{XXXII}

Portanto, agora já temos em mente o que o Estado entendia como um cidadão-modelo para a edificação da Angola independente. Buscava-se, em suma, valorizar a educação como meio de libertação das sequelas do colonialismo, divulgar a ideia segundo a qual a coletividade deve sempre se sobrepor aos interesses individuais, valorizar aquilo que se considerava a cultura nacional angolana e, por fim, eliminar a influência de algumas tradições que não se adequavam ao novo momento que Angola vivia.

Memória histórica e livros didáticos

Como dito anteriormente, a memória sempre se refere ao momento em que ela é construída e ao futuro projetado por seus construtores. Como já foram brevemente analisados o contexto em que a memória oficial angolana foi elaborada e o projeto de futuro assumido pelo Estado angolano, isto é, a criação do Homem Novo, podemos iniciar a análise da memória oficial da nação angolana difundida a partir da independência.

Os meios pelos quais o MPLA tentou construir a identidade nacional angolana e difundir os princípios que norteavam o Homem Novo foram bastante variados. Exemplos disso são as associações de massa organizadas pelo partido, tais como a Juventude do MPLA, a Organização da Mulher Angolana e a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos.^{XXXIII} Colaboraram também para a difusão da identidade nacional angolana e do espírito do Homem Novo os meios de comunicação de massa, como o rádio, a televisão e a imprensa escrita.^{XXXIV}

Entretanto, apesar da pluralidade de meios através dos quais o Estado angolano buscou criar a identidade nacional, nossa análise recai aqui sobre o ensino de história em Angola, pois entendemos que a identificação de um passado comum a todos os povos que habitavam as fronteiras da nação é um importante elemento da construção de uma identidade nacional por atribuir uma imagem de coesão e de perenidade ao grupo nacional.

Sendo assim, buscava-se mobilizar a história da nação que se construía para dar um sentido de união nacional aos angolanos, pois

O pensamento histórico, mobilizado pela memória histórica, é capaz de formar identidade numa perspectiva temporal, até mesmo como forma de conter mudanças que ameaçam o entendimento do mundo e do futuro. É comum um grupo fortalecer seus laços de identidade para reforçar suas concepções, valores e ideias. Assim, a identidade pode ser considerada uma conquista da consciência histórica, cujo procedimento de criação de sentido se faz através da evocação da memória na sua relação temporal de experiência do passado à expectativa do futuro.^{XXXV}

O ensino de história surgiu como disciplina escolar no século XIX, momento marcado pelo afloramento dos sentimentos nacionalistas. Sendo assim, a história escolar iniciou seus trabalhos com a nítida finalidade de exaltação das identidades nacionais, fato influenciado pelo espírito romântico da época. Em meados do século XX, o ensino de história se transformou com base nos princípios da racionalidade iluminista, adotando uma perspectiva mais crítica sobre os processos históricos analisados.

Pode-se apontar como objetivos do ensino de história mais próximos ao espírito romântico a valorização do grupo nacional, da sua evolução social e política, a identificação de características comuns entre os membros do grupo e a exaltação de eventos fundadores e heróis nacionais. Por sua vez, é possível elencar como os objetivos do ensino de história mais

IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO
A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

próximos à tradição da crítica racional iluminista a compreensão do passado de forma complexa, de conceitos históricos de destaque e do presente.^{xxxvi}

Contudo, mesmo com tantas diferenças entre si, a tensão presente no ensino escolar entre um ideal romântico nacionalista e uma abordagem crítica não foi definitivamente superada, havendo ainda, portanto, uma coadunação entre estas duas tendências de estudo do passado.

A partir desta consideração, é possível e necessário diferenciar a história escolar da história acadêmica, já que, apesar de aparentadas, estas guardam bastantes diferenças. Enquanto a historiografia se dedica especificamente ao estudo do passado sob um crivo analítico de rigor científico, a História escolar tem outros métodos e objetivos para a construção de seus saberes. É possível afirmar, então, que

La historia escolar es mucho más y, también, mucho menos que la historia académica. Es mucho más porque incluye una grand cantidad de valores y creencias que se enlazan em una trama de relatos históricos cuya finalidad prioritária es la formación, en los alumnos, de una imagen positiva – triunfal, progressista, incluso messiânica en algunos casos – de la identidad de su nación.^{xxxvii}

Sendo assim, é possível compreender que o ensino de história produz um discurso extremamente relevante à construção de identidades nacionais, baseando-se também na historiografia para elaborar suas narrativas sobre o passado.

Dada a universalidade pretendida pelo sistema educacional, o ensino escolar produz um discurso sobre o passado de grande inserção social, de maneira que há a convivência deste com outras representações sobre o passado da nação, tais como a própria história acadêmica e as memórias que estão dispersas na sociedade.

De todos estes discursos e representações sobre o passado, o Estado tem maior possibilidade de intervir no ensino de história nas escolas, já que os conteúdos a serem ensinados, em geral, são determinados pelas estruturas de governo. A escolha dos temas tratados e a forma de interpretação dos eventos pelo Estado legitima o que deve ser ensinado, lembrado e legado como memória às futuras gerações.

Essa seleção [de conteúdos a serem ensinados] é sempre enraizada socialmente e é histórica, revelando interesses, projetos identitários e de legitimação de poderes instituídos ou a instituir, suscetível a mudanças e redefinições. Esta seleção se realiza e expressa nas propostas e nas práticas curriculares, processo de constituição do conhecimento escolar para a escola e pela escola.^{xxxviii}

Portanto, mesmo convivendo com outras representações do passado, a história escolar pode ser vista como um importante meio de divulgação de uma memória histórica oficial construída de acordo com os interesses do Estado e com as visões de mundo difundidas por suas autoridades.

No caso angolano, como vimos, a necessidade de construir uma identidade nacional capaz de unir toda a diversidade presente no país em somente um discurso nacional motivou o estabelecimento de um ensino de história que pudesse colaborar com este objetivo e construir também o Homem Novo angolano. Portanto, a escola e, principalmente, o ensino de história contribuem para a moldagem de uma memória histórica oficial que dá base à identidade nacional^{xxxix} ao identificar um passado comum aos angolanos.

Nossa abordagem sobre os livros didáticos parte das reflexões iniciadas por Pierre Nora, que cunhou o termo “lugar de memória” para descrever unidades significativas, materiais ou imateriais, através dos quais uma memória é difundida e cristalizada. Para o autor, os lugares de memória devem ter necessariamente três sentidos básicos: o material,

IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO
A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

onde a memória se ancora fisicamente; o funcional, que expressa a função efetiva de guardar uma memória; e o simbólico, onde a memória se expressa e se revela.^{XL}

Sendo assim, consideramos os livros didáticos de história como lugares de memória, pois estes instrumentos da educação fornecem visões sobre o passado e a difundem, selecionando aquilo que as novas gerações devem compreender como elementos significativos do passado da nação. Os livros didáticos cumprem, portanto, a vontade de memória, ou seja, a intenção de testemunhar sobre o passado de que nos fala Pierre Nora.

Desta forma, é possível compreender que a confecção dos livros didáticos não é isenta de uma ideologia e, sendo assim, inscrevem-se no universo simbólico de uma época:

O manual está, efetivamente, inscrito na realidade material, participa do universo cultural e sobressai-se, da mesma forma que a bandeira ou a moeda, na esfera do simbólico. Depositário de um conteúdo educativo, o manual tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o “saber ser”) os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se. Mas além desse conteúdo objetivo cujos programas oficiais constituem a trama, em numerosos países, o livro de classe veicula, de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanação: participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinação) da juventude.^{XLII}

Tal como a memória, o discurso sobre o passado apresentado nos livros didáticos assume um estilo de discurso unitário e simplificado, que não permite a possibilidade de contraposição. “Trata-se de textos que dificilmente são passíveis de contestação, pois expressam ‘uma verdade’ de maneira bastante impositiva.”^{XLIII}

Portanto, analisar esta literatura escolar é tarefa complexa ao historiador. Por também serem discursos de memória, os textos didáticos silenciam, omitem e esquecem diversos conteúdos que poderiam ser ensinados, mas que não são devido às necessidades do momento em que estes são produzidos e aos projetos de futuro que guardam em suas palavras. Sendo assim,

Conclui-se que a imagem da sociedade apresentada pelos livros didáticos corresponde a uma reconstrução que obedece a motivações diversas, segundo época e local, e possui como característica comum apresentar a sociedade mais do modo como aqueles que, em seu sentido amplo, conceberam o livro didático gostariam de que ela fosse, do que como ela realmente é. Os autores de livros didáticos não são simples espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro status, o de agente. O livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, frequentemente de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência cotidiana são sistematicamente silenciados.^{XLIV}

Em suma, os livros didáticos são construções que podem não corresponder à realidade, dado os objetivos do processo educacional e as necessidades impositivas de seu tempo. A partir desta consideração, é possível, então, compreender a maneira esquemática como a história de Angola é apresentada nos livros didáticos que serão analisados neste trabalho.

Entretanto, mesmo fornecendo uma imagem da sociedade tal como seus autores gostariam que ela fosse, não cabe ao historiador apontar os possíveis erros historiográficos cometidos na edição dos manuais escolares. A intenção da análise destes materiais é diametralmente oposta, isto é, busca-se identificar as razões que fizeram estes discursos sobre o passado serem produzidos tal como foram. Muitas vezes é mais interessante e revelador

IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO
A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

analisar o não dito do que aquilo que é apresentado de maneira explícita, pois assim compreende-se mais profundamente o que os autores dos livros didáticos almejavam em seu trabalho.

O passado angolano nos livros didáticos de história

Uma vez apresentadas as ideias que norteiam a análise dos livros didáticos neste trabalho, passemos, pois, às nossas fontes de pesquisa. Para tanto, nossa preocupação recairá sobre dois livros didáticos utilizados no sistema educacional angolano após a independência. O primeiro deles, intitulado *História de Angola*,^{XLIV} foi publicado em 1976, momento marcado pelo furor da conquista da independência. Nota-se claramente nesta edição o ímpeto de construir uma nova nação, que seria marcada pela união dos povos angolanos e principalmente pelo anseio de construir um país moderno que superasse os problemas legados pelo colonialismo e se inserisse no concerto internacional de poder com autonomia.

O segundo livro que analisaremos, *História – Iniciação à História – Ensino de Base – 4ª classe*,^{XLV} teve sua primeira edição em 1979. Sucessivas edições do mesmo livro foram feitas, sendo atualizadas as atividades, as ilustrações e pequenas partes do texto. Contudo, a estrutura do texto original se manteve praticamente inalterada segundo Anderson Oliva,^{XLVI} sendo boa parte dos textos idêntica àquela publicada na primeira edição.^{XLVII}

Como é de se supor, a estruturação do ensino de história após a independência se fez a partir da oposição ao ensino de história praticado no período colonial, extremamente marcado por uma visão eurocêntrica e que atribuía aos portugueses o papel de civilizar as populações angolanas, consideradas menos evoluídas. Destarte, uma das marcas mais notáveis dos livros didáticos aqui analisados é a intenção de construir uma perspectiva da história a partir do olhar dos próprios angolanos, afinada, portanto, com as perspectivas nacionalistas assumidas pela historiografia africanista das décadas de 1960 e 1970.

Contudo, produzir uma história didática a partir da perspectiva angolana não era tarefa fácil segundo Carlos Dilolwa, que acusava:

a grande maioria dos documentos ou livros que há foram feitos pelos colonialistas, que deformaram grosseiramente a realidade. Mesmo esses livros são difíceis de encontrar. Mas, utilizando alguns documentos e livros que existem e algumas narrações feitas pelo próprio povo, pode fazer-se uma idéia do que sucedeu em Angola, desde há séculos até hoje.^{XLVIII}

Apesar de apresentar a dificuldade de se fazer um livro didático a partir da perspectiva angolana, *História de Angola* ressalta ainda a dificuldade de se fazer qualquer pesquisa com fontes primárias. Entretanto, mesmo oferecendo a “estreita e deturpada visão colonialista dos seus autores (...) o estudante de História deve saber ler e interpretar correctamente”^{XLIX} estas fontes históricas.

O referido livro didático ainda oferece como alternativa ao estudo da história nacional a análise das fontes orais, pois “as tradições bantu apresentam uma riqueza extraordinária, sendo possível por vezes recolher referências a factos relativos a 20 gerações.”^L Nota-se, então, a valorização das possibilidades de construir um conhecimento histórico sem que uma influência europeia ocorra de maneira desmedida.

Como vimos anteriormente, a assunção do marxismo-leninismo como base ideológica que nortearia o governo pós-independente influenciou praticamente todos os projetos levados a cabo pelo MPLA. No projeto educacional, não foi diferente, pois o partido considerava que

IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO
A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

a educação e instrução marxistas capacitam os indivíduos a compreenderem a natureza e o discurso do desenvolvimento social e, com sucesso, executar as tarefas e obrigações sociais assumidas.^{LI}

Entretanto, mesmo que *História de Angola* seja regado de análises e citações de autores adeptos ao materialismo histórico, a ideia de produzir uma perspectiva angolana sobre a história nacional torna premente, ao menos no plano das ideias declaradas no livro, que ressalvas sejam feitas a este método de análise, pois

a explicação geral da evolução das sociedades humanas enunciadas por Engels, da comunidade primitiva ao aparecimento do Estado, é, em larga medida, válida em função do seu campo de estudo: índios da América, Grécia e Roma antigas e germanos.

Seria desconhecer o espírito do marxismo fazer destas conclusões um esquema rígido aplicável a qualquer sítio ou circunstância histórica, nomeadamente em África. No estudo das sociedades angolanas pré-coloniais, iremos encontrar formações sociais cuja evolução dificilmente se poderá identificar com processos verificados noutros continentes.^{LII}

Portanto, uma das preocupações centrais do referido livro didático era produzir um material livre de todas as influências das análises colonialistas sobre a história de Angola. Para isso, adequava-se inclusive a base ideológica a que o livro se vinculava às características próprias da nação angolana que se construía.

Outra característica que chama a atenção nos livros didáticos analisados diz respeito à ideia de que, antes do início da colonização portuguesa, os povos que comporiam a futura nação angolana conviviam em harmonia e sem qualquer tipo de conflito entre si. Ao abordar, por exemplo, as migrações dos povos bantu para o território que correspondia a Angola contemporânea, ressalta-se esta harmonia:

A vastidão do território e a fraca densidade populacional permitiram que estas migrações não conduzissem normalmente a situações de guerra: verificava-se sim a coexistência entre indivíduos de origem étnica diferente, aliando-se as famílias por meio de casamentos mistos.^{LIII}

Vale destacar também desta passagem a ênfase que se dava à coexistência entre grupos étnicos distintos que se uniam através de casamentos.

O que está em questão aqui não é necessariamente a veracidade historiográfica destas abordagens, mas sim o destaque que se deu à ideia de convivência harmoniosa e de aliança entre grupos étnicos diferentes. Tal como foi apresentado anteriormente, os livros didáticos são lugares de memória, onde seus autores, influenciados pelas determinações do Estado, apresentam uma visão linear, coesa e próxima a uma idealização sobre o passado. Sendo assim, o destaque à coexistência pacífica e à mistura étnica voluntária praticada pelos povos que migraram ao território angolano é fundamental para o projeto de construção nacional empreendido pelo Estado angolano. A partir deste mito fundador da nação, portanto, buscava-se apresentar uma visão de união nacional, apesar das diferenças flagrantes existentes entre os diversos grupos étnicos que compunham a nação. Ao unirem-se, não havia espaço para as manifestações de tribalismo e regionalismo que tanto atormentavam os líderes do Estado angolano.

Neste mesmo sentido, pode-se notar o interesse dos autores dos livros didáticos em unir a imensa pluralidade de povos sob somente uma única identidade marcada por um passado comum. Isto é feito em vários momentos dos livros didáticos, como, por exemplo, na introdução de *História de Angola*, quando se afirma que

IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO
A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

este estudo poderia aparentemente conduzir a conclusões apressadas no que respeita à diversidade do povo angolano: mas, convenientemente aprofundado, permitirá antes concluir sobre os factores da unidade cultural, tão sufocados e mistificados nos últimos séculos pela opressão colonial.^{LIV}

Merece destaque a ideia de que a unidade cultural entre os povos que compunham a nação angolana foi prejudicada pela chegada dos portugueses e pela instalação das estruturas coloniais. Desta maneira, transfere-se o problema da pluralidade cultural angolana ao colonialismo, que, à altura da publicação do livro didático, já estava superado. Segundo o projeto educacional empreendido pelo MPLA, restava, portanto, unir novamente os povos angolanos em somente uma unidade cultural, que conferiria a identidade nacional de que o Homem Novo seria a base fundamental. O período colonial, portanto, figura nos livros didáticos como um importantíssimo marco de ruptura da harmonia e da unidade cultural entre os povos angolanos.

A ideia de união nacional também aparece frequentemente em *História – Iniciação à História – Ensino de Base – 4ª. Classe* como um dos temas centrais de análise. Ao analisar a organização sociopolítica dos reinos pré-coloniais, distingue-se duas classes sociais – aristocracia e povo – que, por terem interesses absolutamente opostos, acabavam entrando em conflito, bem como os reinos faziam guerras entre si. Estes conflitos entre povo e aristocracia e entre os próprios reinos levavam à destruição e ao enfraquecimento dos Estados.

Por isso, alguns estados não conseguiam defender-se dos perigos que os ameaçavam. Assim aconteceu, por exemplo, com o Congo quando foi invadido pelos Jacas, povo que ocupou grande parte do reino durante anos.

Pela mesma razão, o Ndongo foi sendo conquistado pelos portugueses. Embora estes tivessem armas de fogo, a sua conquista deveu-se, em especial, ao facto de os reinos não se terem unido para se defenderem.^{LIV}

Portanto, apresenta-se a ideia de que o domínio do colonialismo português sobre Angola, momento de ruptura da harmonia e da coexistência dos povos angolanos, só ocorreu devido à desunião entre os reinos pré-coloniais. Não importava, nesta análise, a superioridade bélica dos portugueses ou a aliança com alguns reinos da região, pois o que explicava o domínio colonial era somente a fragmentação entre os reinos considerados angolanos.

É nítida, portanto, a influência que o presente e os projetos de futuro tinham nas análises veiculadas no livro didático em questão, pois no momento da construção desta memória histórica oficial a divisão da nação angolana era flagrante, o que colocava em xeque o surgimento do Homem Novo angolano.

Sendo assim, apresenta-se uma *História de Angola* centrada principalmente no protagonismo dos angolanos, deixando em segundo plano as contingências relacionadas à própria força do colonialismo enquanto sistema de dominação a partir da força.

O protagonismo dos angolanos também é expresso através da relação estabelecida entre o reino do Congo e os portugueses. Após exhibir uma figura em que o rei do Congo transmite uma imagem de soberania, relegando os portugueses à subserviência, afirma-se que a aliança entre essas partes ocorreu devido ao interesse do próprio reino do Congo, que precisava se defender dos ataques de outros povos africanos.^{LVI}

Ao mesmo tempo, admite-se que já havia, entre os congoleses, um sentimento de revolta contra os portugueses, pois estes seriam os responsáveis diretos pelo desenvolvimento do escravismo na região. É interessante perceber, então, que os ancestrais da nação angolana são retratados de uma maneira dupla na referida passagem do texto didático: se por

**IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO
A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA**

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

um lado o rei do Congo é o soberano que estabelece relações vantajosas com os portugueses devido a um interesse próprio, por outro a população já havia percebido os problemas que os portugueses haviam levado para o continente africano. Desta maneira, o livro didático em questão apresenta a autonomia do reino do Congo em relação aos portugueses e, concomitantemente, apresenta já um sentimento de revolta latente contra o colonialismo.

Um dos pontos que merece ser destacado sobre a memória histórica oficial veiculada pelos livros didáticos aqui analisados se refere à escravidão em Angola. As referências à escravidão pré-colonial em *História de Angola* são poucas, ressaltando-se inclusive que esta só ocorria em situações bastante específicas, nomeadamente em casos de guerra, de punição ou ainda de períodos de dificuldade na produção e fome. Além disso, reforça-se o caráter benévolo da escravidão doméstica, que “excluía a violência e os abusos de poder”, sendo que “a condição dos escravos não diferia da dos homens-livres.”^{LVI} Já em *História – iniciação à História – Ensino de Base – 4ª. Classe*, não há sequer uma menção à escravidão pré-colonial.

Os discursos produzidos sobre a escravidão pré-colonial podem ser significativos em relação à memória histórica oficial que se pretendia construir e que se divulgava no sistema educacional angolano. Nos livros a que tivemos acesso, é possível notar que assumir que houve um passado marcado pela escravidão, ainda que não tão difundida quanto no período colonial, pode ser um problema para a identidade nacional que se almejava construir, principalmente por entrar em choque com a imagem vinculada ao apreço à liberdade que se pretendia construir sobre os angolanos. Busca-se, pois, silenciar sobre este passado ou então atribuir características muito mais brandas e reduzidas a períodos específicos a este tipo de escravidão.

Sendo assim, a análise sobre o escravismo praticado em Angola se inicia, de fato, a partir da chegada dos portugueses, momento em que se inicia uma narrativa sobre o tráfico atlântico de escravos:

Devido aos maus tratos, falta de higiene e de boa alimentação, grande parte dos escravos morria durante a viagem.

Os escravos, além de perderem a liberdade perdiam também para sempre a sua família, porque nunca mais voltava à terra onde tinham nascido.

Quando chegavam à América eram vendidos a novos senhores que os obrigavam a trabalhar como animais, todo o dia, sem descanso, mal alimentados, sofrendo sempre castigos brutais. Se se revoltavam contra os seus donos eram mortos.^{LVIII}

E concluía sobre as consequências do tráfico de escravos:

O tráfico roubou, pois, à África e, nomeadamente, a Angola, o seu bem mais precioso, visto que foram levados para a América os homens, as mulheres e os jovens mais vigorosos.

A captura de uns e a morte de outros homens (guerras, razias, fadiga, doença) diminuiu o seu número e fez baixar a produção.^{LIX}

Portanto, a memória histórica oficial veiculada pelos livros didáticos aqui analisados escolhe como um dos marcos fundamentais da história nacional a chegada dos portugueses e a consequente instalação de um sistema escravista. O signo da violência e da derrota, então, se torna uma das partes fundadoras da identidade nacional angolana.^{LX}

Vale ressaltar, ainda sobre o escravismo, que a participação dos reinos angolanos na captura e no comércio de escravos com os portugueses leva a uma crítica à aristocracia local, que, ao contrário dos interesses do povo, aliaram-se aos colonizadores por temerem perder seus privilégios.^{LXI} Note-se que há, portanto, uma oposição sempre muito marcante entre

IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO
A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

aristocracia, que geralmente é retratada de maneira pejorativa, e o povo, representado pela imagem do apreço à liberdade.

Como não poderia deixar de ser, vistos os objetivos da elaboração de tal discurso sobre o passado, construiu-se uma imagem negativa sobre os portugueses. Segundo Anderson Oliva, esta construção discursiva sobre os colonos é fundamental para a criação de uma identidade angolana, já que é na oposição ao outro (português) que se constrói uma imagem positiva sobre o angolano.^{LXII}

Chama a atenção em *História – Iniciação à História – Ensino de Base – 4ª. Classe* a existência de um capítulo inteiro que retrata a resistência ao colonialismo português. O recorte temporal do capítulo é longuíssimo, associando diversos eventos de resistência a um único sentimento de consciência e unidade nacional, que, no discurso de memória histórica oficial confere ao povo angolano uma aura de resistência.

É importante ressaltar que a memória histórica oficial apresentada no referido livro acaba caindo em anacronismos bastante marcantes, já que o texto busca analisar um período longuíssimo ligando os personagens da história através da luta contra o colonialismo e do apreço pela liberdade.

Na apresentação do capítulo sobre os heróis da resistência angolanos, afirma-se, dirigindo-se diretamente ao estudante:

verás como o povo resistiu e lutou contra a agressão e dominação, em diferentes épocas, e como alguns chefes souberam organizar a resistência e combateram ao lado do seu povo até à morte. Verás também que mesmo vencidos e dependentes do opressor, as manifestações de revolta não cessaram.^{LXIII}

Em seguida, faz-se uma breve apresentação de vários heróis nacionais, como Bula Matadi, Ngola Quiluange, Njinga Mbandi, Ekuikui II, Mutu-ya-Kevela e Mandume. Ressalta-se, no texto didático, as ações de cada um destes heróis, que lutaram e sonharam com a independência em relação aos portugueses.

Contudo, apesar da “bravura, coragem e decisão” que moveram estes ícones da história nacional na luta contra o colonialismo português,

a causa que esses heróis defendiam não poderia realizar-se ainda nesse [naquele] tempo. Não estavam criadas as condições para se acabar com a dominação estrangeira.

No entanto, o grande sonho deles não desapareceu. Embora parecendo totalmente dominados, sem resistência durante vários anos, os povos de Angola conseguiram unir-se para acabar com a dominação colonial.^{LXIV} (destaque meu)

Incapazes, portanto, de pôr fim ao colonialismo português, estes grandes heróis nacionais apresentados em *História – Iniciação à História – Ensino de Base – 4ª. Classe* teriam deixado um legado positivo de luta e resistência contra a opressão colonial. Associa-se assim as lutas dos heróis nacionais às diversas revoltas contra o colonialismo que ocorreram em Angola no século XX, inclusive à formação dos movimentos de libertação nacional.

Toda a situação de violência e opressão colonial “levou ao surgimento de um sentimento de unidade e de necessidade de liberdade. Unidade para se combater o colonialismo e liberdade de serem os angolanos a dirigirem seu próprio destino.”^{LXV} Justificava-se assim o surgimento dos movimentos de libertação angolanos, herdeiros da tradição de resistência e luta legados pelos heróis nacionais que pulularam na história de Angola.

IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

Conclusão

Portanto, a partir da análise dos livros didáticos, é possível notar que o Estado angolano se valeu das estruturas do governo para divulgar e difundir uma memória histórica angolana entre a população. Como vimos, a memória sempre é elaborada de acordo com as necessidades do presente e com os projetos de futuro, buscando dar um sentido linear aos fatos. No caso da memória histórica oficial angolana, a grande problemática a ser enfrentada era a necessidade de unir a nação em torno de uma identidade nacional, sem que houvesse qualquer tipo de fragmentação entre os angolanos. Somente dessa forma, acreditava-se ser possível construir o Homem Novo angolano, que seria um cidadão-modelo da nova nação.

Portanto, a memória histórica oficial apresentada nos livros didáticos aqui analisados ressaltam constantemente o surgimento de um povo marcado pela opressão ao colonialismo, mas sempre resistente; múltiplo em sua composição sociocultural, mas unido em somente uma nação; alienado de sua autonomia no passado, mas com os olhos no futuro para a construção de uma nação independente e de um Homem Novo. O sucesso da nação angolana era, então, somente questão de tempo.

^I Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Atualmente cursa o Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Rio de Janeiro. Esta pesquisa é financiada pela CAPES.

^{II} Entre os grupos etnolinguísticos angolanos, podemos citar: bakongo, mbundu, tchokwe, ovimbundo, nganguela, mbunda, humbe, herero, ovambo, ocavambo e lunda entre outros.

^{III} A Revista Mensagem teve uma curtíssima duração, publicando apenas dois números nos anos de 1951 e 1952. Após a divulgação da revista, uma intensa repressão do colonialismo português atingiu seus colaboradores, de maneira que novas publicações deixaram de ser factíveis. Não obstante, o impacto dos trabalhos veiculados pela Revista Mensagem foi de fundamental importância para o surgimento do nacionalismo cultural angolano. Vale destacar que muitos dos colaboradores da revista se engajaram posteriormente na luta política e militar contra o colonialismo.

^{IV} Em 1962, a UPA se fundiu com o Partido Democrático Angolano (PDA), mudando seu nome para Frente Nacional de Libertação de Angola.

^V Sobre a UPA, ver Extrato dos Estatutos da UPA, disponível em SILVA, Agostinho Alexandre Joaquim da. *Angola: dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975)*. Tese de doutorado apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2014. p.365-366. Sobre o MPLA, ver Programa Maior do MPLA, In *História do MPLA*, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.473. E sobre a UNITA, ver *Angola – Pátria, Liberdade, Unidade – Unita Central Commitee*, 1968. p.25. Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04357.006.007&numero_da_pagina=25. Acesso em 9 de agosto de 2015.

^{VI} Tratei desta questão na minha dissertação de mestrado, intitulada *A identidade nacional angolana – definição, construção e usos políticos*. Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense em março de 2016. Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/td/2011.pdf>. Acesso em 21 de agosto de 2016.

^{VII} Da independência até 1977, importantes discussões sobre o modelo político a ser seguido foram travadas no interior do MPLA. Contudo, em maio de 1977, uma tentativa de golpe de Estado radicalizou o processo de centralização política no MPLA. A partir de então, o núcleo central do movimento iniciou uma intensa perseguição de seus opositores internos, iniciando um período de extrema centralização política e de cerceamento de liberdades. Ver TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. Volume 2. P. 181-225.

^{VIII} FERREIRA, Manuel Ennes. *Nacionalização e Confisco do capital português na indústria transformadora em Angola (1975-1990)*. *Análise Social*, volume XXXVII (162), 2002, p.47-90.

^{IX} NETO, Agostinho. *Discursos políticos escolhidos*. Luanda: Departamento de Imprensa e Propaganda do MPLA, 1985. p.51

IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO
A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

- ^X BRITO, Manuel. *História e Educação em Angola: do colonialismo ao Movimento Popular de Libertação de Angola*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2005. p.127-8. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000377847>. Acessado em 01 de julho de 2016.
- ^{XI} Lei Constitucional da República Popular de Angola de 1975. Disponível em <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/01/LEI-CONSTITUCIONAL-de-1975.pdf>.
- ^{XII} Após a independência de Angola, a FNLA entrou em crise e acabou perdendo importância política e militar. Sendo assim, MPLA e UNITA protagonizaram a guerra civil angolana.
- ^{XIII} ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas – reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- ^{XIV} BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998
- ^{XV} HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005. p.62
- ^{XVI} CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001, p.21.
- ^{XVII} POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n 3, 1989.
- ^{XVIII} POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n 3, 1989. p.10
- ^{XIX} ROUSSO, Henry. *Vichy, le grand fosse*, Vingtième Siècle, 5, 1985, p.73.
- ^{XX} POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n 3, 1989. p.10
- ^{XXI} Tradições estas que, apesar de parecerem ou alegarem ter uma origem remota no tempo, podem ser extremamente recentes ou até mesmo inventadas para dar um sentido de longevidade ao grupo que busca construir as identidades. Ver Eric Hobsbawm e Terence Ranger (orgs.). *A Invenção das Tradições*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- ^{XXII} ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas – reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- ^{XXIII} O Hino Nacional de Angola foi composto por Manuel Rui Monteiro (letra) e Rui Vieira Dias Mingas (música).
- ^{XXIV} MPLA apud BRITO, Manuel. *História e Educação em Angola: do colonialismo ao Movimento Popular de Libertação de Angola*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2005. P.120. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000377847>. Acessado em 01 de julho de 2016.
- ^{XXV} PEPETELA. *As Aventuras de Ngunga*. São Paulo: Editora Ática, 1980.
- ^{XXVI} PEPETELA. Entrevista do autor à Agência Angola Press em 17 de agosto de 2015. Disponível em http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/entrevistas/2015/7/34/PePETela-destaca-peso-literatura-consolidacao-identidade-angolana,76b01393-7602-45ca-91ad-5e9b2a330075.html?version=mobile. Acessado em 28 de agosto de 2016.
- ^{XXVII} PEPETELA. *As Aventuras de Ngunga*. São Paulo: Editora Ática, 1980. p.37
- ^{XXVIII} Pequena aldeia comum no interior de Angola.
- ^{XXIX} Bens ou dinheiro oferecido pelo noivo à família da noiva para a concretização do casamento.
- ^{XXX} PEPETELA. *As Aventuras de Ngunga*. São Paulo: Editora Ática, 1980. p.57.
- ^{XXXI} PEPETELA. *As Aventuras de Ngunga*. São Paulo: Editora Ática, 1980. p. 58-59.
- ^{XXXII} MPLA. Declaração do Bureau Político do MPLA. Jornal Angolense, 20 de novembro de 1976, p.13-14.
- ^{XXXIII} ARAÚJO, Kelly Cristina Oliveira de. *Um só povo e uma só nação – o discurso do Estado para a formação do homem novo em Angola (1975-1979)*. Apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo. 2005. Ver especialmente o Capítulo III – O Homem Novo como projeto de nação.
- ^{XXXIV} Ver MELO. João Aníbal. *Comunicação, poder e identidade nacional*. Dissertação de mestrado em Comunicação e Cultura apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.
- ^{XXXV} ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de. MIRANDA, Sônia Regina. *Memória e História em livros didáticos de História: o PNLD em perspectiva*. Educar em Revista. Curitiba, n.46, out-dez. Editora UFPR, 2012.p.267
- ^{XXXVI} CARRETERO, Mario. ROSA, Alberto. GONZÁLES, María Fernanda (organizadores). *Enseñanza de la historia y memoria colectiva*. Buenos Aires: Paidós, 2006. p.17.
- ^{XXXVII} CARRETERO, Mario. ROSA, Alberto. GONZÁLES, María Fernanda (organizadores). *Enseñanza de la historia y memoria colectiva*. Buenos Aires: Paidós, 2006. p.17.
- ^{XXXVIII} MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de História: entre História e Memória. In: Gilvan Ventura da Silva; Regina Helena Silva e Simões; Sebastião Pimentel Franco. (Org.). *História e Educação: territórios em convergência*. 1ed.Vitória(ES): GM/ PPGHIS/UFES, 2007. p.69.

IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO
A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

- ^{XXXIX} CARRETERO, Mario. *Documentos de Identidad – la construcción de la memoria histórica en un mundo global*. Buenos Aires: Paidós, 2007. p.6
- ^{XL} NORA, Pierre. *Entre memória e história – a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, dezembro de 1993. p.21.
- ^{XLI} CHOPPIN, Alain. *O historiador e o livro escolar. História da educação*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (11), Abril de 2002. p.14
- ^{XLII} BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004, p.391.
- ^{XLIII} CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, n.3, set./dez/ 2004. p.557.
- ^{XLIV} CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA E INSPEÇÃO ESCOLAR DE ANGOLA. *História de Angola*. Luanda, 1976.
- ^{XLV} MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA. *História – iniciação à História – Ensino de Base – 4ª. Classe*. Luanda, 2002.
- ^{XLVI} OLIVA, Anderson Ribeiro. *Espelhos pós-coloniais, imagens coloniais: discursos e representações sobre os portugueses em livros didáticos angolanos de História elaborados no pós-independência (1979-2000)*. Anos 90, Porto Alegre, v.21, n.40, dez. 2014. p.238.
- ^{XLVII} A edição do livro de que dispomos foi publicada em 2002. Entretanto, como o texto original se manteve praticamente inalterado desde então, a análise será feita atentando para o momento em que o original foi escrito, isto é, no ano de 1979.
- ^{XLVIII} DILOLWA apud BRITO, Manuel. *História e Educação em Angola: do colonialismo ao Movimento Popular de Libertação de Angola*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2005. p.126. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000377847>. Acessado em 01 de julho de 2016.
- ^{XLIX} CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA E INSPEÇÃO ESCOLAR DE ANGOLA. *História de Angola*. Luanda, 1976. p.15.
- ^L CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA E INSPEÇÃO ESCOLAR DE ANGOLA. *História de Angola*. Luanda, 1976. p.14.
- ^{LI} MPLA apud BRITO, Manuel. *História e Educação em Angola: do colonialismo ao Movimento Popular de Libertação de Angola*. P.117. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2005. p.127-8. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000377847>. Acessado em 01 de julho de 2016.
- ^{LII} CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA E INSPEÇÃO ESCOLAR DE ANGOLA. *História de Angola*. Luanda, 1976. p.18.
- ^{LIII} CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA E INSPEÇÃO ESCOLAR DE ANGOLA. *História de Angola*. Luanda, 1976. p. 32.
- ^{LIV} CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA E INSPEÇÃO ESCOLAR DE ANGOLA. *História de Angola*. Luanda, 1976. p.7.
- ^{LV} MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA. *História – iniciação à História – Ensino de Base – 4ª. Classe*. Luanda, 2002. p.88.
- ^{LVI} CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA E INSPEÇÃO ESCOLAR DE ANGOLA. *História de Angola*. Luanda, 1976. p.89.
- ^{LVII} CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA E INSPEÇÃO ESCOLAR DE ANGOLA. *História de Angola*. Luanda, 1976. p.71.
- ^{LVIII} MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA. *História – iniciação à História – Ensino de Base – 4ª. Classe*. Luanda, 2002. p. 98.
- ^{LIX} MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA. *História – iniciação à História – Ensino de Base – 4ª. Classe*. Luanda, 2002. p.99.
- ^{LX} MOCK, Steven. *Symbols of Defeat in the Construction of National Identity*. New York: Cambridge University Press, 2012.
- ^{LXI} MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA. *História – iniciação à História – Ensino de Base – 4ª. Classe*. Luanda, 2002. p. 104.
- ^{LXII} OLIVA, Anderson Ribeiro. *Espelhos pós-coloniais, imagens coloniais: discursos e representações sobre os portugueses em livros didáticos angolanos de História elaborados no pós-independência (1979-2000)*. Anos 90, Porto Alegre, v.21, n.40, dez. 2014. p.246.
- ^{LXIII} MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA. *História – iniciação à História – Ensino de Base – 4ª. Classe*. Luanda, 2002. p. 105.

IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO
A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

^{LXIV} MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA. História – iniciação à História – Ensino de Base – 4^a. Classe. Luanda, 2002. p. 105.

^{LXV} MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA. História – iniciação à História – Ensino de Base – 4^a. Classe. Luanda, 2002. p. 123.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de. MIRANDA, Sônia Regina. *Memória e História em livros didáticos de História: o PNLD em perspectiva*. Educar em Revista. Curitiba, n.46, out-dez. Editora UFPR, 2012.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas – reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

ARAÚJO, Kelly Cristina Oliveira de. *Um só povo e uma só nação – o discurso do Estado para a formação do homem novo em Angola (1975-1979)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo. 2005.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004

BRITO, Manuel. *História e Educação em Angola: do colonialismo ao Movimento Popular de Libertação de Angola*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2005. p.127-8. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000377847>

CARRETERO, Mario. ROSA, Alberto. GONZÁLES, María Fernanda (organizadores). *Enseñanza de la historia y memoria colectiva*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

CARRETERO, Mario. *Documentos de Identidad – la construcción de la memoria histórica en un mundo global*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001

CHOPPIN, Alain. *O historiador e o livro escolar. História da educação*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (11), Abril de 2002.

CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.30, n.3, set./dez/ 2004.

IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO
A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

FERREIRA, Manuel Ennes. *Nacionalização e Confisco do capital português na indústria transformadora em Angola (1975-1990)*. *Análise Social*, volume XXXVII (162), 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. (orgs.). *A Invenção das Tradições*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MELO, João Aníbal. *Comunicação, poder e identidade nacional*. Dissertação de mestrado em Comunicação e Cultura apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

MOCK, Steven. *Symbols of Defeat in the Construction of National Identity*. New York: Cambridge University Press, 2012.

MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de História: entre História e Memória*. In: Gilvan Ventura da Silva; Regina Helena Silva e Simões; Sebastião Pimentel Franco. (Org.). *História e Educação: territórios em convergência*. 1ed. Vitória(ES): GM/ PPGHIS/UFES, 2007.

NORA, Pierre. *Entre memória e história – a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, dezembro de 1993.

OLIVA, Anderson Ribeiro. *Espelhos pós-coloniais, imagens coloniais: discursos e representações sobre os portugueses em livros didáticos angolanos de História elaborados no pós-independência (1979-2000)*. Anos 90, Porto Alegre, v.21, n.40, dez. 2014. p.238.

PINTO, João Paulo Henrique. *A identidade nacional angolana – definição, construção e usos políticos*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense em março de 2016. Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/td/2011.pdf>.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n 3, 1989.

ROUSSO, Henry. *Vichy, le grand fosse*, Vingtième Siècle, 5, 1985

SILVA, Agostinho Alexandre Joaquim da. *Angola: dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975)*. Tese de doutorado apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2014.

TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001.

Fontes escritas

**IDENTIDADE NACIONAL E EDUCAÇÃO
A MEMÓRIA HISTÓRICA ANGOLANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA**

JOÃO PAULO HENRIQUE PINTO

ANGOLA. Lei Constitucional da República Popular de Angola de 1975. Disponível em <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/01/LEI-CONSTITUCIONAL-de-1975.pdf>.

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA E INSPECÇÃO ESCOLAR DE ANGOLA. História de Angola. Luanda, 1976.

MPLA - *História do MPLA*, Centro de investigação Histórica do Comitê Central do MPLA, Luanda, 2008 (volume 1), p.473.

MPLA. Declaração do Bureau Político do MPLA. Jornal Angolense, 20 de novembro de 1976

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA. História – iniciação à História – Ensino de Base – 4ª. Classe. Luanda, 2002.

NETO, Agostinho. Discursos políticos escolhidos. Luanda: Departamento de Imprensa e Propaganda do MPLA, 1985.

PEPETELA. As Aventuras de Ngunga. São Paulo: Editora Ática, 1980.

PEPETELA. Entrevista do autor à Agência Angola Press em 17 de agosto de 2015. Disponível em http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/entrevistas/2015/7/34/Pepetela-destaca-peso-literatura-consolidacao-identidade-angolana,76b01393-7602-45ca-91ad-5e9b2a330075.html?version=mobile

UNITA - *Angola – Pátria, Liberdade, Unidade* – Unita Central Committee, 1968. Documento disponível no arquivo de Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares. É possível consultar o documento em http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04357.006.007&numero_da_pagina=25.